



MULHERES EM AÇÃO NAS CIDADES PERIURBANAS



MOVIMENTOS QUE ROMPEM FRONTEIRAS



 FASE

50
anos

MULHERES EM AÇÃO NAS CIDADES PERIURBANAS



1ª. EDIÇÃO

RECIFE, 2011



**PROJETO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO NA POLÍTICA URBANA NACIONAL:
UM DIREITO DOS MUNICÍPIOS PERIURBANOS DA MAZONIA ORIENTAL E DO NORDESTE**

REALIZAÇÃO

FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL

Escritório Nacional:

Rua das Palmeiras, 90 Botafogo – RJ
CEP: 22.270-070
faserio@fase.org.br
www.fase.org.br

Programa Pernambuco:

Rua Viscondessa do Livramento, 168
Derby – Recife/PE
CEP: 52.010-060
fasene@elogica.com.br

Programa Amazônia

Rua Bernal do Couto, 1329
Umarizal - Belém - Pará/PA
CEP: 66.055-080
amazonia@fase-pa.org.br

PARCEIROS

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA

FÓRUM DA AMAZÔNIA ORIENTAL

FÓRUM NORDESTE DE REFORMA URBANA

APOIO

UNIÃO EUROPEIA*

OXFAM

* Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva da FASE, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia.

CRÉDITOS

Pesquisa, elaboração de texto e coordenação editorial: **MÁRCIA LARANGEIRA JÁCOME**

Projeto gráfico e diagramação: **ISABELA FARIA | FAZ DESIGN**

Revisão de texto: **JOSEANE CABRAL**

Ilustrações: **SIMONE MENDES**

Impressão: **GRÁFICA PROVISUAL**

Tiragem: **1.000 EXEMPLARES**

J17m

Jácome, Márcia Larangeira.

Mulheres em ação nas cidades periurbanas : movimentos que rompem fronteiras / Márcia Larangeira Jácome . – Recife : FASE, 2011.

45 p. : il.

ISBN 978-85-86471-66-7

1. Mulheres - Condições sociais. 2. Direito à cidade. 3. Direitos humanos. 4. Cidadania 5. Dignidade. I. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. II. Título.

CDU – 342.7

04

APRESENTAÇÃO

08

CIDADES I: O QUE NOS DESAFIA?

11

CIDADES II: DIREITOS DE TODAS AS PESSOAS

18

CIDADES III: MOVIMENTOS QUE ROMPEM FRONTEIRAS

22

CIDADES IV: O PERIURBANO É CENTRAL

25

DESIGUALDADES DE GÊNERO: NOVAS QUESTÕES PARA AS POLÍTICAS URBANAS

26

Gestão democrática

30

A cidade e seus obstáculos

32

Autonomia econômica e liberdade

34

Que modelo de desenvolvimento queremos?

36

Reinventar a política é preciso!

38

COMPARTILHAR PARA MUDAR

42

ANEXOS

42

I - Plataformas da sociedade civil

43

II- Documentos governamentais

44

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Apresentação

Esta cartilha traz uma abordagem inicial sobre um fenômeno que vem acontecendo em todo o país, mas que assume características muito particulares nas regiões Norte e Nordeste. Trata-se da formação das cidades periurbanas – assim chamadas porque o crescimento de suas áreas urbanas, associado a novos modelos de produção econômica, vem provocando mudanças profundas na economia regional, na política, nas relações sociais e na cultura, com impactos importantes no meio ambiente, nos hábitos e costumes locais e nas relações entre áreas urbanas e rurais. Essas mudanças apontam para novos desafios à elaboração de políticas públicas para garantir condições de acesso ao “direito às cidades”.

Por esse motivo, é preciso que o diálogo e a reflexão coletiva abordem novas questões que permitam aprofundar o conhecimento sobre a situação:

- *O que há de novo nas dinâmicas instaladas entre os espaços urbanos e rurais?*
- *Como essas mudanças convivem com velhas questões não resolvidas?*
- *Como as relações entre homens e mulheres interferem nessas dinâmicas e como são também afetadas por ela?*
- *Quais são as novas questões que essa situação nos aponta?*
- *Como fazer para que a criação de soluções para essas questões contemplem as propostas das mulheres e sejam, ao mesmo tempo, incorporadas à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)?*

A preocupação com essa situação motivou a Fase a fazer uma cartilha que fale da realidade das mulheres, de seus direitos e, em particular, sobre o direito à cidade, justamente nas regiões onde são mais difíceis o acesso a informações e a construção das mudanças que façam da igualdade de direitos entre mulheres e homens uma realidade e não apenas um ideal a ser alcançado. Ao mesmo tempo, as experiências vividas nessas cidades e regiões afastadas do centro do poder político precisam tornar-se visíveis e presentes como preocupações que orientam a formulação de políticas públicas no nível federal, mas também no âmbito dos estados e municípios.

Esta cartilha faz parte de um conjunto de atividades que a Fase vem realizando nas regiões Norte e Nordeste com o objetivo de aprofundar o debate sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, para que esta incorpore a realidade das cidades periurbanas.

A criação de soluções para problemas que afetam, de modo bastante particular, a realidade das cidades de médio e pequeno porte nessas regiões precisa tornar-se uma questão central para todas as organizações e movimentos comprometidos com a democracia nas cidades e dos governos. Afinal, uma política de desenvolvimento urbano deve refletir a vida de homens e mulheres em cidades que se encontram muito além dos grandes aglomerados metropolitanos.

Para começar a pensar sobre isso, serão apresentadas aqui algumas ideias novas e outras nem tanto sobre temas que já conhecemos. Vamos conversar um pouco sobre o direito à cidade e seus vínculos com outros direitos humanos. Vamos explicar também o que são cidades periurbanas para, em seguida, conhecer melhor a realidade das mulheres nesses lugares. Concluímos com algumas recomendações propostas pelas mulheres, em diferentes espaços de diálogo, sobre os desafios que temos pela frente para fortalecer a nossa ação em movimentos por cidades mais humanas, justas e sustentáveis.

O tema das cidades periurbanas é novo e desafiador. Mais desafiador ainda é pensar aí as relações de gênero. Por isso, muitas perguntas estão em aberto... Apostamos que apresentar novas questões é o que nos permitirá avançar.

Vamos lá?



***A aldeia que não é discutida
não é construída...***

Provérbio africano



CIDADES I : O que nos desafia?



As cidades são um bem coletivo e pertencem a todas as pessoas que nela habitam, trabalham e circulam. Hoje, a maior parte da população mundial – brasileira, inclusive – vive em cidades. Só em nosso país, são quase 85% da população vivendo em núcleos urbanos¹.

Essa situação faz parte de intensas mudanças que vêm ocorrendo nos últimos 40 anos, algumas boas outras ruins, e que estão presentes também nas cidades do interior do Brasil. Dentre elas, destacamos: o avanço da democracia no país; a expansão do agronegócio e seus

¹ Fonte: IBGE, Censo 2010.

² Depoimento de Rosimere Peixoto, que atua nos movimentos de mulheres e pela reforma urbana na Zona da Mata pernambucana.

vínculos com o mercado em outras partes do mundo, que concentra terras e riqueza nas mãos de poucos; as conquistas das mulheres; o avanço da luta ambiental e da defesa do meio ambiente; a visibilidade e o fortalecimento da organização de populações tradicionais pelo direito à terra, ao bem-estar e às suas tradições e manifestações culturais; as transformações nas grandes cidades que combinam crescimento cada vez mais veloz e redução da qualidade de vida; a expansão dos meios de comunicação...

Essas transformações convivem com problemas antigos: em todas as regiões do Brasil – em algumas mais, em outras menos –, existem centenas de cidades nas quais mesmo os direitos básicos ainda são negados a uma grande parcela de seus habitantes. E as mulheres, que historicamente têm sido responsáveis pelos cuidados com a família e a comunidade onde vivem, são

as primeiras a sentir na pele problemas, que, por vezes, ficam anos sem solução: casas que não oferecem condições adequadas à convivência familiar; ausência de fornecimento regular de água, de esgotamento sanitário e coleta de lixo e de postos de saúde, creches e escolas perto de casa; salário insuficiente para garantir os recursos básicos como alimentação saudável, lazer e transporte. Daí podem ocorrer duas situações distintas.

Na primeira, as mulheres se envolvem nas lutas sociais por melhores condições de vida, participando ativamente da vida política do país, da construção e defesa de direitos. Organizam-se em grupos, associações, ONGs e em movimentos sociais – seja em cidades grandes e nas capitais, seja em cidades pequenas do país; seja em cidades à beira-mar ou no sertão; nas florestas ou nas montanhas, não importa.

O que importa é que, a partir dos lugares onde vivem, as mulheres colocam em movimento a ação cidadã, articulam-se com outras mulheres e, rompendo fronteiras, contribuem para manter viva a democracia no Brasil.

Mas há também outra situação, mais comum no interior do país: por vezes, é tão difícil conhecer os direitos e ter acesso a eles, que algumas mulheres chegam a percebê-los como uma realidade que só existe nas capitais.

Exemplo disso aconteceu em Feira Nova, na região do agreste de Pernambuco. Lá, o conversar com mulheres raspadeiras de mandioca sobre os direitos e a cidade é debruçar-se sobre as perguntas²:



Aconteceu em Feira Nova, mas poderia ter acontecido em qualquer lugar do Brasil...

Seja qual for a situação, é preciso fazer uma revisão profunda acerca dos modos como as cidades são pensadas e organizadas. Só assim, será possível que os diferentes “modos do viver” sejam pautados pelo compartilhamento de direitos iguais entre todas as pessoas. Por esse motivo, precisamos refletir sobre a cidade que temos, a cidade que queremos e como dela cuidamos para cobrar dos governos suas responsabilidades como gestores públicos.

No caso das cidades de médio e pequeno porte localizadas no interior (cidades *periurbanas*), é preciso conhecer as mudanças que nelas ocorrem e como esses processos alteram o dia a dia da população, impactando o território onde vivem. Só assim será possível lidar com os desafios que vêm com essa nova realidade, em particular nas regiões compartilhadas com populações tradicionais, a exemplo de indígenas e remanescentes de quilombolas.

A seguir, vamos apresentar algumas questões que se destacam nessa paisagem. Que sirvam de alimento, compartilhamento de saberes, ao diálogo franco e à reflexão coletiva – ingredientes que poderão nos ajudar a responder às questões abertas.



**CIDADES II :
direitos de
todas as pessoas**



As cidades são o território que construímos e no qual passamos boa parte das nossas vidas. São espaços coletivos que pertencem a todas as pessoas que nela habitam. Riqueza e diversidade econômica, ambiental, política e cultural são alguns potenciais das cidades. Apesar disso, as cidades, sejam grandes ou pequenas, têm muitos contrastes. Isso porque estão longe de oferecer oportunidades iguais e condições de vida dignas para quem nelas vive. Sendo as cidades tão desiguais, fica difícil exercer nossa cidadania! E, se não há condições para exercer cidadania, não é possível viver em uma situação de democracia plena.

O quadro a seguir ilustra um pouco essa questão:



COMO É POSSÍVEL HAVER
DEMOCRACIA NAS CIDADES
QUANDO...

...não há espaço para caminhar nas calçadas, porque há muitos buracos ou carros estacionados sobre elas.

...a maioria das pessoas que trabalham e dão duro para viver mora longe do trabalho, mas o transporte é caro e de péssima qualidade.

...nas regiões em que o principal meio de transporte são os barcos, estes navegam pelos rios, muitas vezes, sem oferecer a menor segurança.

...faltam postos de saúde próximos às vilas e aos povoados distantes muitos quilômetros do centro urbano, o que dificulta o cuidado com a saúde.

...as escolas, quando existem, são malcuidadas e não oferecem condições adequadas para que crianças, jovens e adultos estudem; professores e professoras ganham pouco e não contam com cursos para aperfeiçoar seus conhecimentos.

...as casas são improvisadas, pequenas e precárias; não há água potável nas torneiras, o esgoto fica a céu aberto, não há coleta regular de lixo.

...à noite, ruas e praças carecem de iluminação; falta policiamento; não há telefones públicos em funcionamento para serem usados em uma situação de emergência; praças e equipamentos públicos são vandalizados.

Esses problemas afetam, principalmente, as pessoas que vivem em condições de pobreza. Essa parcela da população é, em sua maioria, negra. E é nela que se pode encontrar as mulheres com as maiores sobrecargas, pois precisam se dividir entre o trabalho remunerado e o cuidado com a família sem qualquer suporte de políticas sociais. Com tantos obstáculos, como é possível perceber a cidade como um espaço a que todos/as têm direito?

Para mudar essa situação, é importante a participação popular nas tomadas de decisão sobre as cidades. Mas imagine que, além de tudo isso, há outros problemas que dificultam essa participação: muita gente desconhece seus direitos; não existem Planos Diretores ou, quando existem, não são utilizados; faltam conselhos de direitos ou estes não têm poder de decisão, e, quando o assunto é orçamento, então, nem se fala! Porque o uso de recursos públicos, muitas vezes, é segredo guardado a sete chaves... Todas essas são situações que restringem o exercício da cidadania e, em consequência, reduzem as chances de haver democracia com justiça social nas cidades.

Foi pensando em tudo isso que há alguns anos (2004-2005), organizações e movimentos sociais, que, em diferentes cantos do mundo atuam para transformar essa realidade, reuniram-se para analisar os problemas das cidades. Juntos, escreveram um conjunto de definições, princípios e valores, direitos e obrigações que os governos devem assumir para promover, proteger e implementar ações que tornem as cidades justas e democráticas. Este documento chama-se **Carta Mundial do Direito à Cidade** e pode ser usado como referência e base de apoio às lutas urbanas, visando ao reconhecimento de que as cidades devem ser protegidas e cuidadas com base no sistema internacional de direitos humanos.



VEJA OS
PRINCÍPIOS QUE
NOS ORIENTAM.

O que diz a Carta?

Para começo de conversa, a Carta considera como cidade *"toda vila, aldeia, capital, localidade, subúrbio, município, povoado organizado institucionalmente como uma unidade local de governo de caráter municipal ou metropolitano, e que inclui as proporções urbana, rural ou semirrural de seu território."*³

As cidades são um bem coletivo, nas quais todas as pessoas têm o direito a viver sem sofrer qualquer tipo de preconceito ou discriminação (de gênero, raça, classe, etnia, orientação política e religiosa) e a preservar sua memória e identidade cultural em acordo com os **princípios** que regem a Carta.

³ Carta Mundial do Direito às Cidades, elaborada como parte do processo do Fórum Social Mundial. O documento levou dois anos para ser concluído, o que aconteceu no Fórum Mundial Social Mundial de Porto Alegre em 2005.

*Exercício pleno
da cidadania*

Gestão democrática

*Função social da cidade
e da propriedade*

*Igualdade e
não discriminação*

*Proteção social de grupos
e pessoas vulneráveis*

*Compromisso social
do setor privado*

*Impulso à economia
solidária*

Em outras palavras, o direito à cidade significa que todas as pessoas devem contar com condições igualitárias para usufruir livremente dos espaços da cidade e de todos os demais **direitos: sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.**



As cidades devem ser cuidadas pelo poder público e pelas pessoas que nela vivem, para se tornarem social e ambientalmente sustentáveis e para que possamos garantir justiça e igualdade para todas as pessoas.

Trabalho e condições dignas de trabalho

Criação de sindicatos

Vida em família

Previdência

Padrão de vida adequado

Alimentação e vestuário

Habitação adequada

Saúde

Água

Educação

Cultura

Participação política

Associação, reunião e manifestação

Segurança pública

Convivência pacífica

Livre orientação sexual

Todo o conteúdo da **Carta Mundial do Direito à Cidade** diz respeito aos interesses e preocupações das mulheres. Sendo assim, a **Carta** destaca que “*as cidades devem assumir os compromissos adquiridos, com respeito à implementação de políticas públicas para a igualdade de oportunidades para as mulheres nas cidades*”, descritas em diferentes documentos adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da **Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**, ratificada pelo Brasil (com reservas)⁴ em 1984, e das Plataformas de Ação das Conferências de Meio Ambiente (ECO’92)⁵, da Mulher (Beijing’95) e de Habitat (Istambul’96), dentre outras.

4 Ao assinar o documento com reservas, o Brasil demonstra que não concorda com alguns pontos da Convenção. (N.A.)

5 Atualmente, prepara-se a realização do monitoramento internacional dos avanços obtidos a partir da ECO’92, que deverá ocorrer em junho de 2012 – 20 anos depois da Conferência. A Reunião ocorrerá no Rio, onde foi realizada a Conferência.

6 Carta Mundial do Direito à Cidade, item 3, p. 3.

A **Carta** chama a atenção para a necessidade de definir quanto dos orçamentos governamentais será gasto para colocar em prática essas políticas e para garantir os meios que permitam às mulheres monitorar o cumprimento dessas políticas ao longo do tempo.⁶

Aqui no Brasil, outros documentos estabelecem conexões com a **Carta Mundial do Direito à Cidade**, dentre eles, o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (II PNPM) e o Estatuto das Cidades. Esses documentos definem as ações do governo no campo das políticas públicas e podem ser utilizados como instrumentos para a exigência de direitos. Mas é importante ficar alerta. Esses documentos também têm limites! O II PNPM, por exemplo,

trata muito pouco da questão das cidades, e o Estatuto não contempla as particularidades da realidade urbana de Norte e Nordeste.

É por causa de lacunas como essas e tantas outras que os movimentos feministas e de mulheres e os movimentos da reforma urbana têm-se preocupado em criar suas próprias plataformas políticas, nas quais estão registradas suas críticas, reivindicações e propostas. São exemplos: a Plataforma Política Feminista, a Plataforma Feminista da Reforma Urbana e a Plataforma das Cidades Periurbanas.

No anexo (pgs 44 e 45), vocês poderão encontrar uma síntese desses documentos.

SAIBA O QUE DIZ
ESTA CONVENÇÃO.



A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – também conhecida por CEDAW – define o que se entende por discriminação contra as mulheres:

"[...] alguma distinção, exclusão ou limitação feita com base no sexo, com efeito ou finalidade de danificar ou anular o reconhecimento, a apreciação ou o exercício de mulheres, independente de seu status marital, numa base de igualdade entre

homens e mulheres, de direitos humanos e de liberdades fundamentais no âmbito político, econômico, social, cultural, campo civil ou algum outro."

Quando um país como o Brasil aceita a Convenção, compromete-se a tomar uma série das medidas para acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres. Em outras palavras, esse país é **obrigado por lei** a colocar suas providências em prática. Também deve apresentar relatórios nacionais que comprovem as medidas implantadas para cumprir suas obrigações no tratado.



**CIDADES III :
Movimentos que
rompem fronteiras**

"Perceber as diferenças entre as grandes cidades e o interior e que isso traz diferença. São distâncias que a gente tem que ponderar e fazer parte das nossas posturas pessoais e políticas."

Luiza Cavalcante Silva,
Grupo Artemisia, Pernambuco

O território das cidades pode ser totalmente urbano ou composto por áreas urbanas e rurais. Seja qual for o caso, os modos de vida urbanos definem muito a maneira como nos relacionamos nas cidades. Eles têm influenciado bastante também os modos de vida no campo.

A riqueza que é produzida e circula no Brasil está cada vez mais vinculada à produção e circulação de riquezas em outros países, e vice-versa. Isso faz com que determinados produtos sejam priorizados e, por isso, passem a ser mais valorizados do que outros artigos originais das regiões (um bom exemplo é a soja). As técnicas de produzir alimentos e o seu comércio ficam mais sofisticadas, aumentando a disputa por terra nas cidades, no campo e nas florestas.

Em várias regiões, mas, em particular, no Norte e Nordeste do país, a agricultura familiar agroecológica e



o extrativismo disputam espaço com o agronegócio; cresce a presença de grandes corporações internacionais que adquirem terras ou se associam a empresas nacionais e a latifundiários. Cresce a exploração da biodiversidade brasileira sem controle do Estado, assim como o corte das florestas, a mineração. Tudo isso dá origem à construção de novas estradas, ferrovias e hidrelétricas, como é o caso da **Usina Belo Monte**, e até desvio do curso natural de rios, como é o caso da **transposição do Rio São Francisco**. As comunidades dessas regiões são fortemente afetadas, especialmente, as populações tradicionais – como indígenas e quilombolas –, que, muitas vezes, têm seus territórios sagrados desrespeitados em nome do “progresso” e do “desenvolvimento”. Nesse cenário, aumentam a disputa por terras, a violência, a exploração do trabalho, a prostituição. O acesso à saúde e à educação também é difícil.

DUAS REGIÕES, DOIS RIOS, UMA DIFÍCIL REALIDADE

A Usina Belo Monte segundo o cacique Mutua Xavante

“[...] Na nossa língua, Xingu quer dizer água boa, água limpa. É o nome do nosso rio sagrado. Como guizo da serpente, o Vento anunciou perigo. Meu coração pesou como jaca madura, a garganta pediu saliva. Eu ouvi. O Grande Espírito da floresta estava bravo. Xingu banha toda a floresta com a água da vida. Ele traz alegria e sorriso no rosto dos curumins da aldeia. Xingu traz alimento para nossa tribo.

Mas, hoje, nosso povo está triste. Xingu recebeu sentença de morte. Os caciques dos homens brancos vão matar nosso rio. O lamento do Vento diz que logo vem uma tal de usina para nossa terra. O nome dela é Belo Monte. No vilarejo de Altamira, vão construir a barragem. Vão tirar um monte de terra, mais do que fizeram lá longe, no canal do Panamá. Enquanto inundam a floresta de um lado, prendem a água de outro. Xingu vai correr mais devagar. A floresta vai secar em volta. Os animais vão morrer. Vai diminuir a desova dos peixes. E, se sobrar vida, ficará triste como o índio. [...] .

Se Xingu morre, o curumim do futuro dormirá para sempre no passado, levando o canto da sabedoria do nosso povo para o fundo das águas de sangue. [...] Se matarem o Xingu, todos veremos o alimento virar areia..

Leve minha mensagem nas suas ondas para todo o mundo: a terra é fonte de toda vida, mas precisa de todos nós para dar vida e fazer tudo crescer. Quando você avistar um reflexo mais brilhante nas águas de um rio, lago ou mar, é a mensagem de lamento do Xingu clamando por viver”.

Cacique Mutua,
Xingu, Pará, Brasil, 08 de junho de 2011.



Vasos quebrados para o ministro da Integração

“Quando um grupo de mulheres atravessou a plenária com vasos de água e flores, postou-se diante da mesa da plenária do Comitê de Bacia do São Francisco, diante dos olhos interrogantes da mesa e do ministro Fernando Coelho, toda a plateia acompanhava a bela cena com olhos atentos. Quando jogaram os vasos no chão, derramando lama sobre os tapetes do auditório do Senai em Petrolina, nessa manhã do dia 7 de julho, a mesa ficou perplexa.

Então, tomando o microfone, a representante das comunidades do rio Salitre, um afluente do São Francisco em agonia, em outras palavras disse: ***'Estamos aqui, nesses dez anos de Comitê da Bacia, para dizer que estamos passando sede e estamos com falta de energia. Por várias vezes, tivemos que derrubar os postes para cancelar o acesso das bombas à água. Agora, derrubamos mais cinco. Acabaram com nosso rio, fizeram o projeto de irrigação, mas não temos acesso à água. Sem energia, não temos eletrodomésticos, nossas escolas não funcionam, as vacinas do posto de saúde se estragaram, nossas casas estão às escuras. Essa é a realidade triste do Salitre, um rio acabado. Queremos água, queremos que nossos direitos sejam respeitados'. [...]***”

Roberto Malvezzi, Gogó
Julho, 2011

Enquanto isso, crescem os grandes centros urbanos formados em torno das capitais. Porém, com esse crescimento, também piora a qualidade de vida. A maioria das pessoas que vivem nas grandes cidades é obrigada a submeter-se a padrões de vida nada dignos: violência urbana, baixa qualidade de ensino oferecido pela escola pública, a estabilidade no trabalho é precária, muita gente trabalha na informalidade, faz biscates para viver. Apesar disso, foi ampliado o acesso ao crédito. Isso permite o consumo de bens duráveis como geladeira, por exemplo, mas resulta que as pessoas ficam mais endividadas, porque os juros são muito altos. A valorização dos imóveis e a disputa por terras para sua construção nas cidades grandes faz com que os bairros periféricos se distanciem cada vez mais das regiões centrais das cidades na direção das áreas de encontro entre urbano e rural, o que também provoca alterações profundas no perfil do “Brasil rural”.

Na periferia, as condições de moradia, transporte e infraestrutura, além do estresse provocado por essa situação, provocam desejos de mudança de vida. E aí, as cidades do interior tornam-se uma alternativa para quem busca uma vida digna, fazendo crescer a migração entre as diferentes regiões.

Um número cada vez maior de pessoas tem acesso a meios de comunicação: do rádio ao telefone celular; da televisão à internet. Esta é uma poderosa e influente fonte de informação. Mesmo as pessoas que vivem em regiões distantes e que só têm rádio em casa podem ter acesso indireto às informações que circulam na rede mundial de computadores: profissionais de rádio, jornal e televisão usam intensamente a rede mundial de computadores para produzir as notícias nas emissoras locais. Ampliam-se os municípios que têm uma cabine de computadores com acesso à internet.

Essa situação faz com que sejam cada vez mais estreitos os vínculos entre o que acontece nos grandes centros urbanos e nas cidades de tradição rural. Informações, ideias e valores diversos são compartilhados por mais pessoas que moram em lugares diferentes e têm costumes diferentes. Assim, é preciso reconhecer que a influência dos costumes produzidos nas cidades é bastante forte e pode gerar muitas transformações cotidianas, mas importantes: no uso que fazemos do tempo, nos costumes, nas tradições, nas relações de trabalho, na educação, nas maneiras de fazer política, no lazer e até no modo como criamos meninos e meninas...

Isso tudo que acabamos de falar é o que está na base do que hoje se conhece como ***idades periurbanas***.



CIDADES IV : o periurbano é central



As cidades periurbanas estão espalhadas por todo o país – seja nas regiões metropolitanas, no litoral, no interior ou nas fronteiras com outros países. Sendo assim, possuem características muito próprias, conforme a região, mas compartilham também de situações comuns, que precisam ser conhecidas.

Por esse motivo, há algum tempo, pesquisadores/as do Brasil e de outros países vêm estudando as cidades *periurbanas*. Esses estudos buscam compreender quais são as mudanças que vêm ocorrendo nessas cidades, como elas afetam a vida cotidiana de homens e mulheres, quer nas cidades, no campo, nas comunidades indígenas e quilombolas. Tudo isso para melhorar os modos de governar essas cidades e atender às necessidades de quem nelas vive,

estuda, trabalha. Como essas cidades possuem áreas urbanas e rurais que vêm passando por intensas mudanças, isso exige políticas públicas que deem conta de velhos problemas e novos desafios.

Hoje, há muitas compreensões diferentes sobre o que seja *periurbano*. Essa palavra é fruto da união de outras duas palavras: periferia e urbano e parece querer nomear tudo aquilo que está em volta das zonas urbanas das cidades, ou seja, na sua “periferia”. Só que, na prática, existem muitos outros aspectos que provocam dúvidas e questões.

VEJA O QUE
DEFINE AS CIDADES
PERIURBANAS:



As relações entre áreas urbanas e rurais e/ou extrativistas são cada vez mais fortes. Cada vez mais uma depende da outra.

A possibilidade de as zonas urbanas se expandirem ou diminuírem em função das migrações, ofertas de trabalho, disputa de terras, por exemplo.

Patrimônio ambiental rico, que gera serviços e também serve de reservas para a vida, como as florestas e sua biodiversidade, fontes de água potável, dentre outros.

Há profundas desigualdades motivadas por preconceito, racismo e outras formas de discriminação contra mulheres e populações negras e indígenas.

Com pouca capacidade de gerar recursos próprios, essas cidades dependem muito de recursos federais vindos de Brasília para implantar políticas públicas e sociais.

Economia popular e familiar dinamiza as relações sociais e econômicas nos territórios.

Presença histórica de populações tradicionais, como povos indígenas e quilombolas.

Por esse motivo, em abril de 2011, a Fase, na cidade de Belém, convidou militantes de movimentos urbanos e de mulheres/feministas, pesquisadores/pesquisadoras e educadores/educadoras de ONGs e das universidades para um diálogo sobre a questão. Alguns resultados importantes aconteceram nesse encontro: a construção de consensos sobre o que compreendemos por cidades *periurbanas*; a contribuição feminista das mulheres que estão no cotidiano da luta urbana nas regiões Norte e Nordeste; a introdução dos recortes de sexo, racial e étnico como elementos que definem as relações de poder nas cidades *periurbanas*.

Desses resultados, é importante destacar o significado do termo ***cidades periurbanas***. Não se trata de uma ideia “científica”, mas de uma noção que cumpre um papel **político** ao designar todas as cidades que não são plenamente reconhecidas na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

A partir dessa definição, foi possível construir demandas e propostas, que, hoje, constam da **Plataforma das Cidades Periurbanas** e servirão de apoio às ações políticas junto ao poder público sobre a questão, em especial, nas tentativas de influenciar a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, da qual as cidades periurbanas estão ausentes....

Em linhas gerais, essa Plataforma prevê novas maneiras de pensar as relações econômicas entre as pequenas e médias cidades que compõem uma determinada região; trazem propostas para melhorar a qualidade dos serviços de transporte, moradia, saneamento, serviços básicos, saúde de acordo com as particularidades das cidades *periurbanas* observadas no Nordeste e Norte do país; propõe medidas para enfrentar as desigualdades de gênero, raça e etnia e para encarar problemas situados nas fronteiras entre as zonas urbanas e rurais, levando em consideração os hábitos, as tradições e os modos de vida que valorizem a cultura das populações locais e, ao mesmo tempo, deem conta das mudanças que vêm ocorrendo nessas regiões.



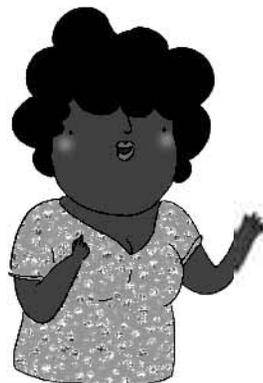
**DESIGUALDADES
DE GÊNERO: NOVAS
questões nas
políticas urbanas**

O nome 'periurbano' é novo no debate, mas a luta de colocar na pauta da reforma urbana a realidade das pequenas e médias cidades é antiga."

Sara Pereira,
FAMCOS, Pará

As cidades *periurbanas* continuam ausentes das políticas nacionais. Ao mesmo tempo, como bem disse a liderança, tais cidades trazem consigo problemas muito antigos. Isso demonstra o quanto é grave a situação! Não se pode adiar mais a sua solução.

Convidamos vocês a pensar um pouco nesses vínculos entre a realidade dos municípios, as políticas públicas nacionais e a situação das mulheres nesse cenário.



NESTE CAPÍTULO, VOCÊ
CONHECERÁ MELHOR O QUE
AS MULHERES PENSAM
SOBRE ESSA QUESTÃO.

Gestão democrática

A democratização das cidades passa pelas condições de participação popular na gestão. E as condições existentes para que essa participação aconteça variam muito de cidade para cidade. O ideal seria contar com movimentos organizados e fortalecidos; com gestores – dos prefeitos/das prefeitas, dos secretários/das secretárias, dos vereadores/das vereadoras – comprometidos/as com as causas populares; transparência no uso dos recursos públicos; autonomia para definir as políticas a serem priorizadas conforme a realidade local. Na maioria das vezes, não é isso que acontece.

"Nos interiores, a discussão sobre o lugar das mulheres ainda é muito fragilizada. Como levar esse debate para os interiores?"

Como descentralizar essas políticas e essas discussões? Vemos a ausência de elaboração do Plano Diretor; não houve participação, mas instrumentalização.

Descentralizar o domínio que os gestores têm sobre o planejamento urbano. Nas conferências, está tudo pronto: é só balançar a cabeça"

Elizete Maria da Silva,
Centro das Mulheres de Pombos, PE.

"Há distância dos municípios da própria elaboração de instrumentos de gestão de suas áreas, que é feita por técnicos em Brasília. E recorte de gênero, então, nem se fala"

**Sara Pereira,
FAMCOS, PA.**

Os municípios de médio e pequeno porte, por exemplo, têm uma enorme dependência das definições políticas que são tomadas em Brasília. E por quê? Porque é lá que são tomadas as decisões que vão orientar a implantação de programas nos municípios. Em Brasília, também são negociados os repasses do dinheiro que poderão garantir a execução dessas ações. Ainda que os municípios tenham outras fontes de recursos – repasse do governo estadual ou de convênios com fundações privadas, por exemplo –, sua principal fonte de recursos financeiros ainda é o governo federal.

Um bom exemplo sobre o que acabamos de explicar vem, justamente, da Secretaria de Política para Mulheres. Há alguns anos, o governo federal aprovou a Lei Maria da Penha para reduzir o número de casos de violência contra as mulheres e punir os responsáveis. Mas, para que os municípios criem ações ou implantem programas de combate a esse tipo de violência, eles dependem das orientações contidas no Plano Nacional de Combate à Violência contra a Mulher e dos recursos, previstos neste plano, que são repassados à gestão.

O mesmo raciocínio vale também para as políticas urbanas. Para que as cidades **periurbanas** possam implantar programas e ações que criem respostas aos desafios das áreas resultantes dos vínculos entre o urbano e o rural, é preciso que isso esteja contemplado na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Por esse motivo, é preocupante que a PNDU seja pensada apenas a partir dos problemas das cidades grandes e das regiões metropolitanas! Mesmo que cidades grandes, médias e pequenas tenham problemas comuns, estes se expressam conforme as características de cada cidade, incluindo o tamanho e o perfil (número de homens e mulheres, qual o percentual de população negra e indígena, a idade, renda familiar etc.) da população; o papel do município na economia e na oferta/demanda de serviços, ou seja, depende de sua importância estratégica na região onde se localiza.

"Como a gente aprende com as políticas que existem há oito anos e se consolidam hoje no governo Dilma? O que a gente aprende com leis como a Maria da Penha, que não consegue ser concretizada?"

Cláudia Gazzola,
Coletivo Leila Diniz,
Rio Grande do Norte.

Olhar para as cidades periurbanas e seus problemas exige que olhemos para os sujeitos que nelas habitam. Deste modo, vamos considerar que as relações de poder entre homens e mulheres são desiguais e influenciam o modo como as cidades são pensadas e organizadas, tornando-as desiguais também. É preciso, portanto, fazer com que a PNDU incorpore essa questão e proponha soluções apropriadas, inclusive, garantindo recursos financeiros para a sua execução. Existem condições para que isso aconteça: há movimentos de mulheres organizados em todas as regiões do país, o debate sobre relações de gênero está presente nos movimentos de defesa da reforma urbana e já existe até uma Plataforma Feminista da Reforma Urbana. Além disso, o Brasil tem um Plano Nacional de Políticas para Mulheres que conta com definições sobre como combater as desigualdades de gênero nas cidades e no campo. Portanto, este é um desafio que não pode mais ser adiado.

“O que há em comum [entre as mulheres]? A dimensão do privado, da mulher na reprodução, do não reconhecimento da mulher no trabalho. Outra compreensão muito comum é que as cidades, a configuração do espaço urbano, as políticas urbanas de longe, esse modelo que está mais para o mercado, para o setor imobiliário, não abriu ainda essa dimensão da vida, do bem-estar, do coletivo [...] as mulheres refletem sobre esses problemas, mas isso não está refletido no modo de organização das cidades”

Luiza Cavalcante Santos,
Grupo Artemísia, Pernambuco.

E, sendo assim, vamos prestar atenção a algumas coisas que nos dizem as mulheres sobre os problemas que vivem no dia a dia?

A cidade e seus obstáculos

A cidade é hostil com as mulheres. Nela, existem vários obstáculos que impedem as mulheres de circular livremente por diferentes espaços. Não é por acaso que elas se percebem expulsas dos espaços públicos. Não é por acaso que aquelas que ousam romper com essa situação, se sentem “invadindo” o espaço dos homens.

Ao mesmo tempo, a separação entre espaços públicos e espaços domésticos – ao qual as mulheres estiveram confinadas por muito tempo – ainda segrega e estimula a violência de gênero nos dois ambientes.

A violência de gênero reforça a violência urbana e é reforçada por ela. Para as mulheres, não há lugar seguro; não há lugar de acolhimento.

Porém, casa e praça formam uma dupla face de sonhos por conquistar para aquelas que ainda lutam por reconhecimento de seu lugar de sujeito. A casa como lugar do acolhimento e da intimidade; a praça como símbolo do espaço público a ser conquistado: lugar que produz tensão, medo e, ao mesmo tempo, desejo, pois, para as mulheres, a praça traduz o sonho de liberdade.

***"Como quero a praça?
Com um lugar seguro para ver
filme... Com um banco para sentar
em segurança e não ser roubada;
um lugar para ter um momento
só meu"***

Odélia Lima,
Articulação das Organizações
de Mulheres Trabalhadoras
do Baixo Amazonas, Pará.

***"O saneamento afeta, principalmente,
as mulheres, mas pouco discutimos isso"***

Tiguça Santos,
Central de Movimentos Populares, Sergipe.

***"A cidade não foi construída para
mulheres, mas para os homens: as
ruas não têm iluminação; até pouco
tempo atrás, a gente não ia pra vida
noturna. Então, 'estamos invadindo'
o espaço deles"***

Edineuza Jones da Silva,
Fórum de Mulheres,
Rio Grande do Norte.

***"Na política de habitação,
ribeirinhos queriam
banheiro fora da casa,
porque consideram que o
banheiro suja a casa. Mas
projetos habitacionais
não levam essa cultura
em consideração.
Resultado: abandono das
moradias. Nos projetos
de habitação feitos pelo
INCRA, são 25m² para
famílias compostas por dez
pessoas; casas de ferro,
pré-moldadas. Nesses
municípios, não existem
movimentos nem discussão
de políticas. É necessário
trazer para o debate as
questões regionais, para
não cancelar políticas
urbanas segregadoras"***

Sara Pereira,
FAMCOS, Pará.

Autonomia econômica e liberdade

A autonomia econômica é uma questão crucial para garantir às mulheres o poder de decidir sobre que rumos querem dar à própria vida.

Porém, grande parte das mulheres tem mais dificuldades de ter remuneração justa, com direitos assegurados, e, depois de muito trabalhar, ter acesso à aposentadoria.

Além disso, é cada vez maior, no Brasil, o número de famílias chefiadas por mulheres, e estas estão, em maior número, entre as famílias de baixa renda. Tal fato revela a precária situação em que vivem as mulheres – em particular, as negras – que são responsáveis pelo sustento e cuidado de suas famílias.

A dupla jornada de trabalho fica ainda mais pesada porque elas, além de não contarem com apoio de seus companheiros ou familiares, também não contam com equipamentos sociais e serviços coletivos que lhes diminuam o peso do trabalho produtivo e reprodutivo.

Isso também repercute em outras dimensões da vida. Como participar mais intensamente da vida política e avançar como liderança, com uma jornada de trabalho tão intensa e feita sem apoio? Como é possível ter tempo para si, ficar sozinha, descansar, ter sossego, divertir-se, passear nessa situação?

"Mães que trabalham precisam contar com lugar onde deixar seus filhos. Transporte precário, obras de saneamento [...]. A maioria das creches está fechada; as que funcionam é com precariedade"

Fátima Souza,
Centro de Defesa da Vida
Herbert de Souza, Ceará.

"Previdência. A gente ter uma garantia de que a mulher, ao chegar em um estágio da vida, terá uma cobertura previdenciária. A gente sabe que quem vive de artesanato em um mês tem, no outro não"

Ivone Falcão,
ARCCA, Pernambuco.

"Alcoolismo dos homens. Mulheres saem às 3h da manhã para chegar ao campo às 6h, e elas ainda têm que dar o dinheiro para os homens"

Maria Auderiam Menezes,
Rede de Educação, Pernambuco.

"Um dos principais problemas é a questão da motivação mesmo. As prioridades: violência – e não apenas familiar, mas em todas as esferas [...]. Há cinco grupos de extermínio, e isso impacta a vida das mulheres. Trabalho e previdência [...]"

Maria das Graças Silva,
Fórum de Mulheres, Rio Grande do Norte

Que modelo de desenvolvimento queremos?

As cidades periurbanas também sofrem com as disputas por terras, onde a exploração pelo setor imobiliário dificulta o acesso à moradia, estimulando a ocupação precária.

Nas zonas de limite entre rural e urbano, é possível observar a existência de ocupações para fins de moradia e outras separadas para fins de produção agrícola. Ao mesmo tempo, o setor imobiliário implanta grandes condomínios, dotados de toda a infraestrutura e serviços que se tornam “verdadeiras cidades”, que segregam a população, dificultando a circulação nas e entre as cidades.

No interior, a ausência de oportunidades de trabalho e de políticas rurais que criem condições para a manutenção da população na produção rural tem provocado migração também das mulheres, que, uma vez na cidade, veem-se destinadas ao trabalho informal, realizado em condições precárias.

A população que vive no campo é diversa e, nesse momento, requer políticas que apoiem a sua manutenção nos territórios onde vivem há muitos anos. É o caso das populações indígenas e remanescentes de quilombos, que vêm sendo expulsas de seus territórios pelo poder econômico.

As grandes obras de infraestrutura têm provocado impactos ambientais que retiram, aos poucos, as possibilidades de manutenção de práticas tradicionais de subsistência.

"Como enfrentar isso se, há dez anos, a gente enfrenta um modelo de desenvolvimento que gera pobreza?"

Cláudia Gazzola,
Coletivo Leila Diniz, Rio Grande do Norte.

"Aqui estamos em um 'país' chamado Pará, onde há uma dimensão grande de problemas e mais os índios e quilombolas sendo expulsos pelo agronegócio e pelas empresas estrangeiras em terras da União"

Graça Pires,
Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense e
União Nacional Moradia Popular, Pará.

"A maioria das catadoras vem do campo, devido à ausência de políticas públicas para o campo. No período da chuva, há uma migração; as crianças saem da escola para ir para o campo. Em Pernambuco, é o segundo ano do Chapéu de Palha Mulher para trabalhar com as frutas – trabalho barato, sem cuidado com a saúde (muita contaminação com agrotóxicos); não há políticas para segurar as mulheres no campo"

Maria Auderiam Menezes,
Rede de Educação, Pernambuco.

"Há uma economia produzida por mulheres que vivem dos recursos naturais, que está invisível e que as mulheres vêm insistentemente pautando. Não está na hora de colocar isso na pauta? Essas mulheres precisam sair de casa. E não tem creche, não tem proteção social para fazer o trabalho"

Maria das Graças Costa,
Fase, Pará.

Reinventar a política é preciso!

Algumas conquistas formais estão longe de se transformar em realidade – o que demonstra como as políticas públicas precisam dar respostas satisfatórias às situações vividas.

Em meio aos desafios, há problemas que resultam da falta de diálogo e de trabalho conjunto entre os diversos ministérios responsáveis pelas políticas. Tais parcerias são fundamentais para que se construa a relação entre políticas específicas para mulheres e as macropolíticas. Essa lacuna limita a possibilidade de enfrentar as desigualdades de gênero como uma dimensão que se passa no interior das políticas de desenvolvimento, por exemplo, e não pode ser pensada como algo exterior a elas.

Do mesmo modo, são muitos os exemplos de como a realidade *periurbana* está ausente dos instrumentos criados pelo governo federal para orientar a implantação dessas políticas nas diferentes regiões.

Encarar os problemas é também um ponto de partida para pensar soluções para o seu enfrentamento e, assim, não deixar que a fadiga do cotidiano e a necessidade de reinvenção diária de estratégias, bem como a repetição de reivindicações, façam esmorecer a crença nas possibilidades de mudança.

Entretanto, essa é uma tarefa árdua, a qual nem sempre gera os resultados esperados, pois os problemas apontados pelas mulheres, muitas vezes, ainda são percebidos como questões menores ou secundárias.

Não por acaso, há um investimento grande das mulheres para que, em primeiro lugar, sejam reconhecidas como pessoas capazes de fazer reflexões críticas sobre a realidade com uma visão que abrange necessidades que não são apenas suas.

"Construir conhecimentos sobre conceitos, estamos em formação"

Luiza Cavalcante Santos,
Grupo Artemisia, PE.

"O Estatuto das Cidades não traz a questão de gênero, e o Plano Diretor da Cidade é um instrumento para gerir a divisão e o uso do solo nas cidades, quando as mulheres estão completamente distantes desse debate"

Cláudia Gazola,
Coletivo Leila Diniz, Rio Grande do Norte.

"Os direitos específicos das mulheres só deixarão de ser 'específicos' no dia em que for possível perceber que essa diferença, sendo parte de nossa humanidade, não pode ser motivo que provoque desigualdade, em um exercício de poder destrutivo e opressor"

Luiza de Marillac,
Fase, Pernambuco.

"Nada foi construído pensando na gente. Mesmo não tendo sido construída por nós, a cidade também é nossa. Para isso, temos que tomar posse. E quando a gente toma posse, a gente sabe que tá engatinhando nesse projeto de transformação. [...] É preciso tomar posse desse lugar e fazer mudanças internas. [...] Precisamos mudar nossa práticas diárias"

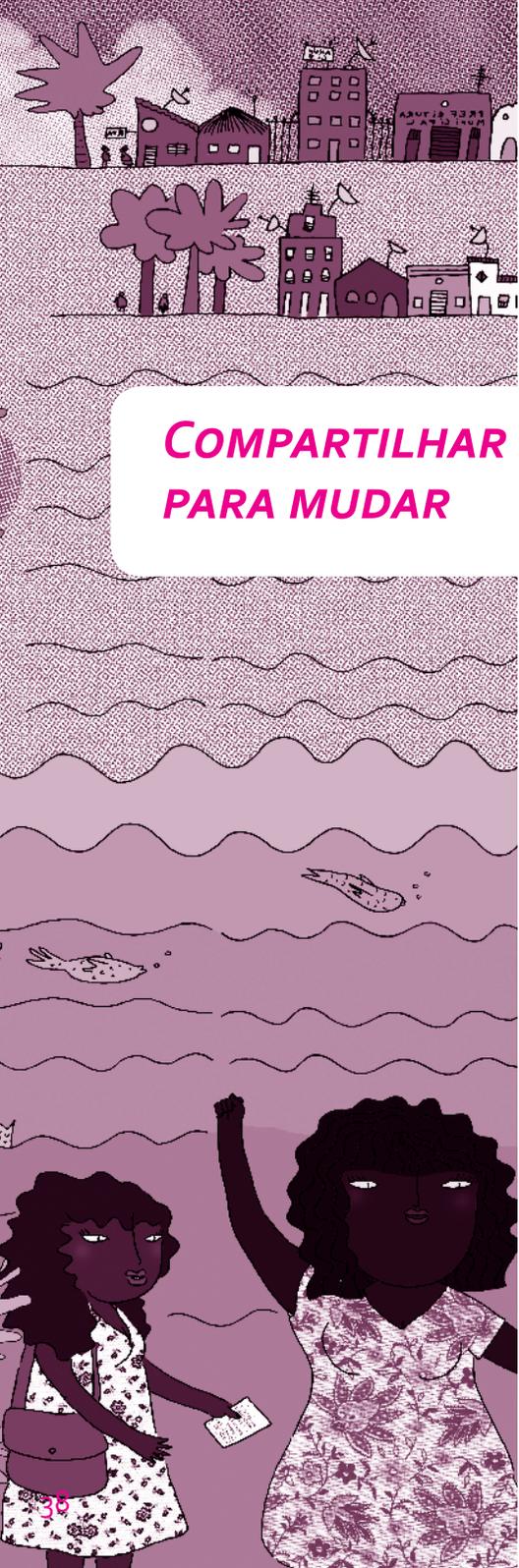
Elizete Maria da Silva,
Centro das Mulheres de Pombos, Pernambuco.

"Outra questão são as disputas internas, que vamos resolver no 'fogo amigo': precisamos resolver nossas diferenças, porque o inimigo está fora. Precisamos resolver nossas coerências para não nos fragilizarmos; encontrar o equilíbrio entre a teoria e a prática. Aliados: sindicatos, parlamentares; a maioria dos sindicatos é machista, sim, e nós precisamos estar lá dentro; precisamos construir a fala pública"

Maria das Graças Silva,
Fórum de Mulheres, Rio Grande do Norte.

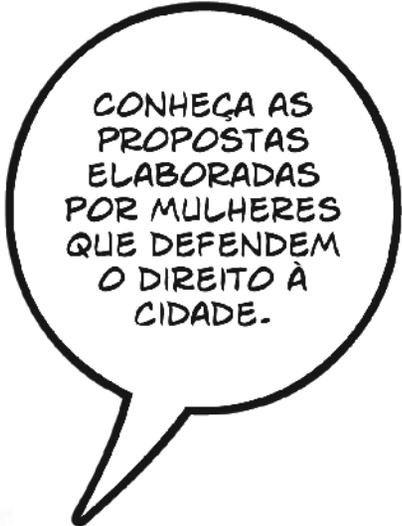
"Por que não falamos da divisão sexual do trabalho? Se não pautarmos isso na questão urbana, da socialização do trabalho doméstico, não é possível pensar essas relações de outra forma"

Maria das Graças Costa,
Fase, Pará.



COMPARTILHAR PARA MUDAR

Depois de tudo o que já conversamos até aqui, identificamos quatro conjuntos de questões para alimentar um diálogo que apoie a construção de estratégias comuns, ou que, pelo menos, possam ser abertas à convergência e articulação entre diferentes organizações e movimentos, para o enfrentamento dos problemas vivenciados pelas mulheres nas *idades periurbanas*.



CONHEÇA AS
PROPOSTAS
ELABORADAS
POR MULHERES
QUE DEFENDEM
O DIREITO À
CIDADE.



1 *Mobilização permanente e manifestações de expressões diversas:*

- É importante manter um diálogo permanente entre organizações e movimentos sociais para articular ações conjuntas e fortalecer o campo de alianças.
- A sociedade precisa conhecer as conquistas já asseguradas, assim como os novos desafios que alimentam a construção de pautas comuns e exigem diferentes modos de atuação.
- As ações no município precisam estar articuladas às realizadas no estado e em nível nacional, permitindo que umas potencializem as outras.
- Fortalecer a participação das mulheres em todos os espaços de poder. Isso precisa acontecer tanto nos movimentos de ação local quanto nacional.
- Pautar, nos fóruns e redes locais, os pontos comuns entre as plataformas da reforma urbana e feminista, e fazer com que este debate ganhe força no Fórum Nacional de Reforma Urbana e nos regionais.

2 *Uso de instrumentos legais na incidência política:*

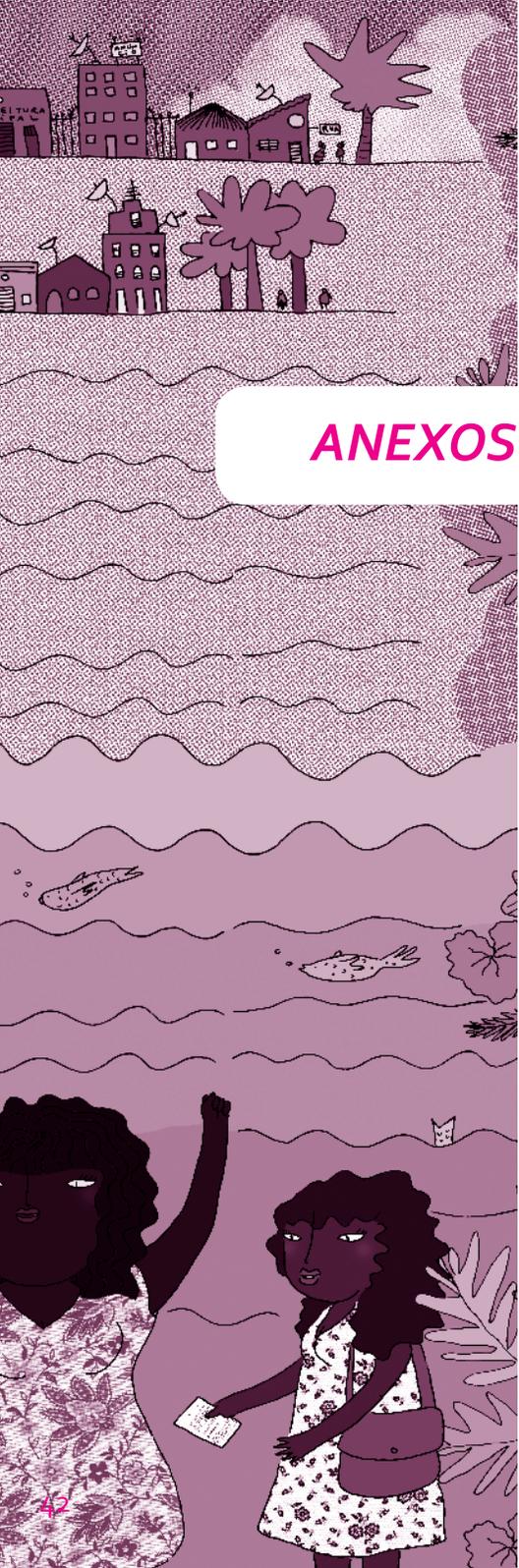
- Compartilhar e debater os documentos internacionais assinados pelo Brasil, que contêm reivindicações dos movimentos sociais. Esses documentos podem ser usados como apoio a ações junto aos governos para a implantação de políticas públicas que visem a soluções para problemas no campo dos direitos humanos.
- Compartilhar, debater e utilizar normas e leis internas, documentos de políticas e planos de ação que amparam as reivindicações para que tais compromissos sejam postos em prática.
- Proporcionar momentos de formação que ajudem as lideranças a conhecer tais documentos e aprender a utilizá-los para exigir a garantia de direitos nos três níveis: municipal, estadual e nacional.
- Discutir o modelo do pacto federal de gestão para compreender melhor quais procedimentos são de responsabilidade dos três níveis: federal, estadual e municipal.

3 *Ocupação de diferentes espaços públicos:*

- Envolve: criar estratégias para a ocupação de lugares institucionais de participação popular, como os conselhos de direitos; definir metodologias e espaços para que titulares dos mandatos prestem contas de sua atuação; identificar e debater avanços, lacunas e desafios para aprimorar estratégias de ação. Esta devolução permite avaliar a ação popular nos conselhos e qualificar esses espaços.
- A ação junto a órgãos públicos responsáveis pela fiscalização da ação governamental (a exemplo do Poder Legislativo, dos tribunais de contas, do Ministério Público) deve ser estimulada.
- Outra forma importante de mobilização, pressão política e visibilidade junto à opinião pública são as manifestações de rua e a ocupação de espaços na mídia – envolvendo televisões, rádios, jornais e redes sociais.
- Ampliar o número de porta-vozes de organizações e movimentos, com especial atenção para as mulheres. Essa é condição importante para desfazer a imagem negativa dos movimentos sociais que a imprensa tem construído e também das mulheres.

4 *Cuidados com a construção de confluência entre questões, estratégias, ações e sujeitos diversos:*

- Incluir, na agenda da reforma urbana dirigida à política nacional, a pauta dos pequenos e médios municípios nas áreas de transição rural-urbana, defender políticas públicas no campo e a saúde pública.
- Reconhecer a pluralidade dos sujeitos – mulheres, população negra, indígena, homossexuais – na luta pelo direito à cidade, não beneficia apenas esses segmentos, mas fortalece também a luta como um todo. Isso exige maior abertura para diálogos internos e com outros movimentos que não têm tradição na reforma urbana, mas que construíram conhecimento, força política e legitimidade em outros campos. Requer disposição para a escuta, para o enfrentamento das diferenças e para o aprendizado a partir dos diferentes modos de vivenciar as cidades.
- É preciso ampliar o debate sobre as dificuldades de manter a capacidade de mobilização em diferentes espaços dos movimentos, para buscar saídas coletivas para enfrentar essa questão.
- Ser coerente com princípios e valores democráticos para assegurar o equilíbrio entre teoria e prática. É preciso dar atenção às disputas internas, conferir transparência também no interior das organizações e dos movimentos, resolver as diferenças com base no diálogo e no enfrentamento coletivo dos problemas.
- Estratégias de ação dirigidas a mulheres devem compreender: formação política, denúncias, intercâmbio de experiências e participação.



ANEXOS

1 – Plataformas da sociedade civil

- **Plataforma política feminista – Brasília, 2002.** Resultado de mobilização nacional articulada por movimentos feministas e de mulheres, este documento orienta a incidência no campo das políticas públicas. Cerca de cinco mil mulheres participaram de sua elaboração, em 2002, na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em Brasília. A menção à questão da terra e moradia é referida no conjunto de princípios. Dessa forma, as organizações e movimentos signatários do documento comprometem-se “com a luta pelo direito à terra e à moradia”. A moradia digna é referenciada como garantia mínima de proteção às mulheres.
- **Agenda Feminista na Conferência das Cidades – Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, 2005.** Em julho de 2005, o movimento de mulheres do Pará, mobilizado para participar da II Conferência Nacional das Cidades, realizou um seminário para debater a inclusão da Plataforma Política Feminista e do Plano Nacional de Políticas para Mulheres no campo da reforma urbana. Em seu conjunto, as propostas tratam a questão urbana em articulação com outras políticas sociais e com a questão orçamentária.

II - Documentos governamentais

- **Plataforma Feminista na Reforma Urbana – Fórum Nacional de Reforma Urbana, 2003.** Traz como desafio geral “pensar como as políticas urbanas podem contribuir para a redução das desigualdades sociais e das desigualdades entre mulheres e homens no território, e pensar, sobretudo, de que maneira as políticas urbanas podem contribuir para o processo de organização e emancipação das mulheres”. Nesse sentido, foram elaboradas propostas para: a) democratização da gestão social da cidade e b) acesso à moradia digna e infraestrutura urbana.
- **Propostas sobre reforma urbana construídas para a Conferência Estadual de Políticas para Mulheres pelo FERU/PE, 2007.** Plataforma que orientou a ação da militância nas Conferências de Políticas para Mulheres e das Cidades. Tem como base a Plataforma Nacional Feminista da Reforma Urbana, e foi adaptada e atualizada em oficina que reuniu representantes dos GTs do FERU/PE: de Gênero, Raça e Etnia; de Habitação e Solo Urbano; de Transporte, Trânsito e Mobilidade e de Saneamento e Meio Ambiente.
- **Plataforma das Cidades Periurbanas, 2011.** Documento elaborado com a participação de movimentos sociais da reforma urbana e de mulheres, organizações e acadêmicos que têm atuado nas regiões Norte e Nordeste. Seu objetivo é estabelecer referências para o reconhecimento das cidades periurbanas e apresentar propostas para sua incorporação à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).
- **Plano Nacional de Políticas para Mulheres – Secretaria Especial de Política para Mulheres. Brasília, 2008.** Consolida as propostas aprovadas na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e reafirma pressupostos e princípios da Política Nacional para as Mulheres, estabelecidos na I Conferência, a saber: igualdade; respeito à diversidade, à equidade e à autonomia das mulheres; autonomia do Estado frente às religiões; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos; participação e controle social. Propõe-se a promover o direito das mulheres à vida com qualidade na cidade, no meio rural e nas comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades e garantindo acesso a bens, equipamentos e serviços públicos.
- **Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana e dando outras providências. A lei estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar de cidadãs e cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Já a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, de acordo com um conjunto de diretrizes preestabelecidas.

Referências bibliográficas

CARTA Mundial do Direito à Cidade.

Disponível em: Observatório Internacional do Direito à Cidade –
<http://www.oidc.org.br/oidc/index.php> Acessado em: 02/06/2011

JÁCOME, Márcia. **Direito à cidade, democracia e justiça social**: construindo propostas com recorte de gênero e raça. Recife: Fórum Nacional de Reforma Urbana, 2010. 68 p. (mimeo.)

MALVEZZI, Roberto. **Vasos quebrados para o Ministro da Integração**. Dez anos do Comitê de Bacia do São Francisco. Publicado em Adital Jovem no dia 08/07/2011.
Disponível em: <http://www.adital.com.br/jovem/noticia.asp?lang=PT&cod=58153>. Acessado em 10/07/2011

MIRANDA, Livia. **Periurbano: uma complexidade que não se vê**. In: MIRANDA, Livia *et al.* Periurbanos: Contribuições para a política de desenvolvimento urbano no Brasil. Belém: Fase Amazônia, s/d. p. 4-21.

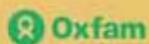
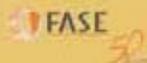
MULHER DE CLASSE. **O que é CEDAW?**

Disponível em: <http://www.mulherdeclasse.com.br/ConvencaoMulheres.htm>. Acessado em 24/06/2011

XAVANTI, Cacique Mutua. **Carta do Cacique Mutua a todos os povos da Terra**

Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2011/junho/carta-do-caique-mutua-sobre-belo-monte/view>. Acessado em 24/06/2011

É IMPOSSÍVEL NÃO SAIR DAQUI SEM
PENSAR O QUE A GENTE QUER PARA A
CIDADE E NÃO DEIXAR DE OLHAR E
PERCEBER A CIDADE DE OUTRO MODO.



ISBN 978-65-86471-66-7



9 788586 471667

